

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

VÁLIDO PARA OS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO NO 1º SEMESTRE DE 2019

DOCENTE RESPONSÁVEL: LUCA BUSSOTTI

DADOS DA DISCIPLINA

CSO-1049	Tópicos Especiais de Pesquisa I	ELETIVA	15	00	01	15
CÓDIGO	NOME	TIPO DE DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL TEÓRICA PRÁTICA		No. DE CRÉDITOS	HORÁRIA GLOBAL

EMENTA

Democracia moçambicana (ou da negação dela), suas limitações e interpretações.

INTRODUÇÃO

Moçambique foi um dos últimos países africanos a conseguir a sua independência política. Assim como aconteceu com as outras antigas colónias portuguesas, Moçambique se tornou independente na década de 1970 (nomeadamente em 1975), após dez anos duma dura guerra anticolonial.

Entretanto, o processo que levou Moçambique à obtenção da sua independência política não coincidiu com a introdução da democracia no país. Devido essencialmente a circunstâncias históricas de matriz internacional (guerra fria), assim como a dissídios internos à Frente de Libertação Nacional (FRELIMO), que em 1977 se transformou oficialmente num partido marxista-leninista, Moçambique experimentou quase vinte anos de regime a partido único. Em paralelo, uma vez que nem todas as forças internas estavam de acordo com a mudança da FRELIMO, de uma frente unitária anticolonial ao partido único marxista-leninista, uma longa e devastadora guerra civil – protagonizada pela Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) - caracterizou o país logo após a independência, até a assinatura dos Acordos Gerais de Paz de 1992, em Roma.

Antes deste importante momento, porém, o país já havia aderido ao sistema baseado nas organizações internacionais (FMI e Banco Mundial), tanto que em 1986 as políticas de ajustamento estrutural já haviam começado ("Programa de Reabilitação Econômica") e em 1990 foi aprovada uma nova Constituição, liberal e pluralista.

Em 1994, ocorreram as primeiras eleições multipartidárias para presidente. O candidato da FRELIMO, Joaquim Chissano, foi eleito, que concorreu com o candidato da RENAMO, Afonso Dhlakama. Todas as eleições seguintes, que se repetiram pontualmente a cada 5 anos, resultaram na eleições dos candidatos da FRELIMO – eleições de 1999, Chissano; 2004 e 2009, Armando Guebuza; e 2014 Felipe Nyusi). A RENAMO e as outras formações políticas nunca reconheceram os resultados eleitorais, lançando sombras muito sérias sobre todo o processo eleitoral; em paralelo, a RENAMO e uma terceira força, que se formou em 2008 depois de uma cisão da própria RENAMO, o MDM (Movimento Democrático de Moçambique) conseguiram governar nalguns municípios do Centro e Norte do país, por ocasião das eleições autárquicas (as primeiras ocorridas em 1998).

A postura da comunidade internacional, sobretudo a ocidental, que até 2014, mediante o *Budget Support*, apoiava diretamente o orçamento do Estado em quase 50%, sempre foi no sentido de reconhecer os resultados eleitorais, olhando as reivindicações da RENAMO como "questões internas", que não podiam e não deviam interromper o processo de "desenvolvimento".

Porém, as questões até hoje abertas na democracia moçambicana são enormes, tendo emergido de forma estrondosa a partir de 2016, quando um escândalo financeiro de proporções inimagináveis (conhecido como o escândalo da "dívida pública oculta") evidenciou um nível de corrupção, ausência de prestação de contas por parte do poder público junto aos cidadãos, resultando numa alta desconfiança em relação à classe política local, a ponto que os doadores internacionais suspenderam o *Budget Support* e

muitas figuras de destaque do regime estão sendo presas e processadas, sob o impulso da justiça internacional (nomeadamente americana).

As próximas eleições de outubro deste ano revestem uma importância especial, uma vez que as possibilidades de vitória da oposição nunca foram tão elevadas, por conta da crise da FRELIMO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Seminário se propõe a refletir com os estudantes as grandes fases da democracia moçambicana (ou da negação dela), suas limitações e interpretações por parte da literatura especializada. Neste sentido, as cinco aulas de três horas cada, num total de 15 horas, que constituem a parte letiva do Seminário irão abordar os seguintes temas:

- 1. 1975- 1992 Independência sem democracia: as raízes do poder político da FRELIMO e a marginalização das oposições;
- 2. 1990-1992: nova Constituição e Acordos Gerais de Paz: as bases da democracia moçambicana e dos seus limites;
- 3. O papel da comunidade internacional e o debate científico sobre a democracia em Moçambique;
- 4. Indicadores e qualidade da democracia em Moçambique: reflexões e debate;
- 5. Por uma interpretação da democracia moçambicana.

FORMA DE AVALIAÇÃO

Além da assiduidade e sobretudo da participação ativa de cada estudante, o seminário tem, como sua forma de culminação e, portanto, de avaliação final a elaboração de um texto produzido individualmente, com base nas aulas e na bibliografia indicada. O texto deverá abordar um dos temas tratados ao longo do seminário, ter entre as 1000 e 1500 palavras, indicando corretamente todas as referências utilizadas, e com citações feitas consoante as regras da ABNT.

Cada estudante terá duas semanas, após o término da disciplina, para entregar o trabalho final via formato eletrônico. Ao longo das duas semanas de trabalho individual, o docente estará disponível para esclarecimentos e sugestões.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia está subdividida consoante os cinco tópicos que serão tratados no Seminário. Naturalmente ela é indicativa, pelo que poderão ser considerados outros textos para efeito do trabalho final, previamente concordados com o docente.

Tópico 1. 1975- 1992 - Independência sem democracia: as raízes do poder político da Frelimo e a marginalização das oposições

Texto fundamental:

Correia, M. (2015). *A formação social do Estado-Nação e a crítica pós-colonial.* Outros Tempos, V. 12, n. 19, pp. 93-117

Textos complementares:

Abrahamsson, H. & Nilsson, A. (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

Bragança, A. & Depelchin, J. (1986). *Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique.* Estudos Moçambicanos, V. 5, n. 6

Bussotti, L. (2008). A contribuição de" Estudos Moçambicanos" para o debate históricosocial no País (1981-2001). In Bussotti, L., Saber, Cidadania e Dependência. Torino: L'Harmattan Italia, 2008

Cabaço, J. L. (2009). Pontos de vista sobre a descolonização em Moçambique. S. Paulo:

Editora da UNESP

Cabrita, J. (2000). The Tourtuous Road to Democracy. New York: Palgrave

Cahen, M. (1987). Mozambique. La Révolutione implosée. Paris: L'Harmattan

Feijó, J. (2010). Discursos Jornalísticos sobre a Independência de Moçambique – Uma análise da cobertura do semanário savana (1998-2003). Cadernos de Estudos Africanos, n. 20, pp. 55-83

Geffray, C. (1991). A Causa das Armas em Moçambique. Antropologia da Guerra Contemporânea. Porto: Afrontamento

Hanlon, J. (1984). The Revolution Under Fire. London: Zed Books

Hoile, D. (1989). Mozambique – A Nation in crisis. London: Claridge Press

Ncomo, B.L. (2004). Uria Simango. Um homem uma causa. Maputo: Novafrica

República Popular de Moçambique. *Constituição de 1975 (e revisões de 1978 e 1979)*

Vines, A. (1991). *Renamo: terrorism in Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press

Tópico 2. 1990-1992: nova Constituição e Acordos Gerais de Paz: as bases da democracia moçambicana e dos seus limites

Textos fundamentais:

Acordo Geral de Paz, Roma, 4/10/1992. In: Política Internacional, V. 1, N. 6, 1993

Darch, C. (2018). Uma história de sucesso que correu mal? O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica. Maputo: Friedrich Ebert Stiftung

Textos complementares:

Bussotti, L. (2018). *Dagli Accordi di Roma a quelli di Maputo: Una Pace Difficile.* In: Bussotti, L. & Marin, U. (Ed.). *Un ventennio di democrazia. Il Mozambico fra successi, limiti e nuove sfide.* Milano: Bookabook, pp. 19-55

Della Rocca, M. (2012). Como Moçambique saiu da guerra. Maputo

Lundin, I. (2004). The Peace Process and the Construction of Reconciliation Post-Conflict – The Experience of Mozambique. Presented in Barcelona under the International Seminar "Experiences of Penal Alternatives in Peace Processes" – Barcelona 27-28 February 2004

Macamo, E. (1996). *A nação moçambicana como comunidade de destino*. Lusotopie, p. 359-360

Ngoenha, S. (2014). Das Independências às Liberdades. Maputo: Paulinas

Reppel. L.; Rozen, J. & Carvalho, G. (2016). Plano para Paz. Maputo: ISS

República Popular de Moçambique. Constituição de 1990

Serra, C. (Dir.) (1998). *Identidade, moçambicanidade e moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária-UEM

Tópico 3. O papel da comunidade internacional e o debate científico sobre a democracia em Moçambique

Textos fundamentais:

Dinerman, A. (2007). *Moçambique depois do socialismo. A independência revisitada.* Relações Internacionais, 15, pp.101-124

Tollenaere, M. (2006). *Apoio à democratização a Moçambique Pós-Conflicto. Intenções e Resultados.* The Hauge: Netherlands Institute of International Relations. In: https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20060600 cru working paper 37 pt.pdf

Textos complementares:

Banco Mundial (2017). Actualidade Económica de Moçambique. Maputo

Batley, R.; Bjørnestad, L. & Cumbi, A. (2006). *Evaluation of General Budget Support – Mozambique Country Report.* Birmingham: University of Birmingham. In: https://www.sida.se/contentassets/bab97fa95bf94baab3db0481f6d03958/mozambique-country-report 2570.pdf

Brito, L. (2007). A democracia à prova das urnas: Elementos para um programa de pesquisa sobre a abstenção eleitoral em Moçambique. Maputo: IESE. In: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Brito,Luis%20de ADemocraciaAProvaDasUrnas.p df

Conceição, F. (2017). Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013). Tese de Doutrado, UERJ. In: http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese Francisco-da-Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf

EU (2010). *Aid and Budget Transparency in Mozambique*. In: https://eurodad.org/files/pdf/4192-aid-and-budget-transparency-in-mozambique-.pdf

Kubitschek Bujones, A. (2013). *Mozambique in Transition and the future Role of the UN.* New York: Center on International Cooperation, New York University

Lalá, A. & Ostheimer, A. (2003). *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990–2003).* Maputo: KAS. In: https://www.kas.de/c/document library/get file?uuid=40622cbe-30f1-44f5-fd80-9714bc5fe659&groupId=252038

Mazula, B (Ed) (1995). Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo.

Meque, A.M. (2013). A Influencia das Instituições de Bretton Woods nas Políticas Públicas de Moçambique (1975-2010). Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais. Beira: Universidade Católica de Moçambique. In: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19328/1/ANA%20MEQUE-%20tese.pdf

USAID (2004). Removendo as barreiras ao crescimento económico de Moçambique.

Maputo:

USAID.

In:

https://www.enhancedif.org/en/system/files/uploads/mozambique dtis vol 1 port.pdf

Tópico 4. Indicadores e qualidade da democracia em Moçambique: reflexões e debate

Textos fundamentais:

Amnesty International (2009). *I can't believe in justice anymore*. London: AI. In: https://www.amnesty.org/download/Documents/44000/afr410042009en.pdf

CIP (2018). *Eleições autárquicas 2018 – vários boletins*. In: http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/elei%C3%A7%C3%B5es-aut%C3%A1rquicas-2018-boletims-2

CPLP (2018). Declaração da MOE/CPLP às eleições autárquicas de Moçambique https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=7022&M=NewsV2&PID=10872

Shenga, C. (2018). A participação das mulheres e dos jovens no processo eleitoral na

África Austral: da campanha eleitoral ao dia das eleições. In. Bussotti, L. & Castiano, J. (Eds.). Participação da juventude e das mulheres nos processos eleitorais. Maputo: Oxfam/Minerva Print pp. 79-104

Textos complementares:

Amnesty International (2018). *Mozambique 2017/2018*. In: https://www.amnesty.org/en/countries/africa/mozambique/report-mozambique/

Brito, L. (2016). 2014 – Um inquérito sobre abstenção. Maputo: IESE. In: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2015/12/RR5-230316.pdf

Brito, L. (2008). *Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique.* Maputo: IESE.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp 2008/DP 04 Uma Nota Sobre o Voto Abstencao e Fraude em Mocambique.pdf

BTI 2018/Mozambique Country Report. In: https://www.bti-project.org/en/reports/country-reports/detail/itc/moz/

Bussotti, L. (2015). *Media Freedom and the Transition Era in Mozambique (1999-2000)*. In: Bussotti, L.; Barros, M.& Grätz, T. (Eds). *Media Freedom and Right to Information in Africa*. Lsbon: CEI-ISCTE IUL

Freedom House – Freedom in the World 2018 – Mozambique. In: https://freedom-world/2018/mozambique

Human Rights Watch (2019). *Mozambique. Events of 2018.* In: https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/mozambique

Tópico 5. Por uma interpretação da democracia moçambicana

Textos fundamentais:

Bussotti, L. (2014). A gestão do "risco político" na democracia moçambicana. Análise e perspetivas. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 20

Machedo, V. & Maloa, J. (2013). "Em Moçambique só há partidos de direita". Entrevista com Michael Cahen. Plural, v. 20.1, pp. 155-174. In: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:acXQ2UEpgfIJ:www.revistas.usp.br/plural/article/download/74428/78051/+&cd=8&hl=it&ct=clnk&gl=br

Ngoenha, S. & Buanaissa, E. (s.d.). Fronteiras da filosofia para a construção da democracia em Moçambique. In:

https://www.revista.up.ac.mz/index.php/SINTESE/article/.../54

Textos complementares:

Alves, G.M. (2014). Trajectória democrática de Moçambique (1994 a 2014): Presidencialismo e Descentralização - problema ou solução para democratização? Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. In: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18971/1/DissertacaoGaudencioMaterial7 Maio2015.pdf

Brito, L. et alii (Eds) (2004). Cidadania e Governação em Moçambique. Maputo: IESE

Bussotti, L. (2014). *La democrazia in Mozambico: concettualizzazione e periodizzazione*. La Critica Sociologica, n. xlviii · 190, pp. 53-77

Bussotti, L. (2014). *The Risk of Current Political Risk Management*. Problems of management in the 21st century. Vol. 9, No. 3, pp. 170-172

Chicava, A. (2012). Democracia e valores no contexto moçambicano: uma reflexão

crítica. In: http://chicava.blogspot.com/2012/02/normal-0-21-false-false-false-af-x-none.html

Dambile, A. (2019). Pensar Moçambique. Maputo: Paulinas

Monjane, B. (2016). *Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica.* Cadernos CERU, v. 27, n. 2, pp. 144-154. In:

Ngoenha, S. (2009). Machel: Ícone da 1ª República? Maputo: Ndjira

Osório, C. (2010). *Género e democracia*. Maputo: WSLA. In: http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Eleicoes2009.pdf